

PLANO DE AÇÃO 2024

PROCURADORIA
JURÍDICA

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Procuradora-Chefe

Ana Rita Dopazo Antonio José Lourenço

Diretor de Administração e Finanças

Franklin José Neves Contente

Diretora de Previdência

Camila Busarello

Diretor de Proteção Social dos Militares

Cel. Carlos Dória Santos

Belém-Pará

2024

COORDENAÇÃO E ELABORAÇÃO DO DOCUMENTO

Procuradoria Jurídica

Procuradora Chefe: Ana Rita Dopazo Antonio José Lourenço

Coordenadoria do Consultivo

Coordenadora: Milene Cardoso Ferreira

Coordenadoria do Contencioso

Coordenadora: Evelin Laine Patricio do Couto

Coordenadoria do Executivo

Coordenadora: Maria do Carmo Melo Braga

Núcleo de Planejamento

Coordenadora: Tania Sueli do Rosário Correa

Ellen Claudine Castro Paes Barreto

Íris Solange Pereira de Castro Raiol

José Maurício Vieira Barata Júnior

Renata Alves de Souza Faciola

Mirian Rocha Kahwage

Agenda Assessoria

Pedro Arthur Pereira Albuquerque

Kamila Lima Camelo

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
1 Procuradoria Jurídica – Projur.....	6

APRESENTAÇÃO

O alcance dos resultados almejados por uma organização, aliado ao aprimoramento da gestão e ao fortalecimento da governança estão intrinsicamente relacionados ao planejamento e estabelecimento de objetivos e metas estratégicas a serem implementadas ou aperfeiçoadas em cada exercício.

O Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará (IGEPPS) objetiva assegurar a efetiva concretização do direito à previdência dos servidores públicos estaduais e cobertura dos riscos sociais da categoria militar estadual, de maneira sustentável e transparente, bem como firmar-se como referência nacional em gestão de Regime Próprio de Previdência Social.

Nesse sentido, o Plano de Ação Anual – PAA é o instrumento formal que norteia as ações estratégicas do Instituto, pois é nele que são elencadas as ações setoriais a serem implementadas ou aperfeiçoadas em cada ano, definindo-se objetivos, metas e periodicidade. Dessa forma, é possível direcionar melhor a atuação de cada diretoria, bem como de suas respectivas coordenadorias e gerências, além de obter uma visão sistêmica dos resultados das ações e dos projetos desenvolvidos.

Essa ferramenta permite assegurar o alinhamento às diretrizes da administração pública estadual, a correção prévia de eventuais obstáculos/impecílios, além de garantir uma melhor performance no produto das ações, levando em consideração as condições internas de viabilidade do IGEPPS, bem como os fatores externos que podem influir na execução das atividades planejadas e, por corolário, nos serviços prestados aos beneficiários do regime e aos usuários em geral.

A seguir, portanto, apresentam-se os objetivos estratégicos a serem alcançados no ano corrente, cuja execução das atividades a eles inerentes serão monitoradas periodicamente pelo Núcleo de Planejamento (Nuplan), com o intuito de verificar a performance do PAA, tanto geral quanto detalhada por diretoria e setor, contribuindo para o desempenho exitoso das metas estabelecidas previamente.

1 Procuradoria Jurídica – Projur

Objetivo	Meta	Justificativa	Atividade	Início Previsto	Periodicidade
				Término Previsto	
Aumentar a eficiência na execução dos serviços prestados de modo transparente	CCON - Realizar 100% do controle dos envios mensais de pareceres, manifestações e das minutas dos termos de convênios dentro do período recomendado, a partir de 2024.	Otimizar os fluxos internos a fim de reduzir o volume de processos, dando celeridade aos serviços prestados	<p>Mapear, manualizar e manter atualizados os processos da PROJUR;</p> <p>Implantar ferramentas de Gestão e Automação;</p> <p>Implementar Plano de Capacitação voltado à PROJUR;</p> <p>Estabelecer indicadores de desempenho (KPI's) para o setor;</p> <p>Implementar ações que fortaleçam a cultura da transparência;</p>	08/01/2024	Anual
	CCOS/CEXEC – Utilização do SisJuri por 100% da equipe; redução de 10% dos processos de demandas de massas após a aplicação das súmulas internas; analisar 100% dos processos de recuperação de crédito, visando alcançar 50% de acordos e 50% em economicidade dos valores impugnados em execução, a partir de 2024.			30/12/2024	